

PRETOGUÊS: AS HERANÇAS LINGUÍSTICAS AFRICANAS E O PROJETO DE EMBRANQUECIMENTO NO BRASIL

Matheus Da Costa Santos¹
Leia Cruz De Menezes Rodrigues²

RESUMO

Partindo da necessidade de se construir mecanismos para aplicação da Lei 10639/03 nas escolas, o presente trabalho surge para refletir sobre as políticas linguísticas adotadas e o ensino de língua nas escolas de forma a perceber o nexos causal entre Racismo e ensino de língua no Brasil e como o Linguicídio (RAJAGOPALAN) opera na manutenção do Racismo Estrutural. A tão falada abolição da escravatura não representou uma real emancipação dos povos colonizados, tampouco rompeu com as práticas coloniais. Antes, apresenta ao mundo uma renovação do seu modelo de dominação onde "a morte avança implacavelmente sobre a vida" (ALMEIDA). Em tempos de desdemocratização, a ciência da linguagem precisa reposicionar suas análises linguísticas, a partir de outro marco civilizatório, de forma crítica, emancipatória e contra-colonial. Afinal, os povos colonizados não estiveram/estão passivos ao projeto de Embranquecimento no Brasil, antes, tem causado diversas rebeliões (linguísticas) que resultaram no que a escritora Lélia Gonzalez vai conceituar como Pretoquês e que buscamos aqui, valorizar as heranças dos povos colonizados em territórios colonizados, que nada mais é do que "as marcas de africanização presentes na língua portuguesa", readaptadas em valores afrocentrados. Trata-se de um trabalho de caráter bibliográfico, que constrói diálogos com as referências apresentadas no curso de Letras da UNILAB-CE e as referências de outras áreas do conhecimento pautados raciolinguisticamente (RAJAGOPALAN).

Palavras-chave: Pretoquês Raciolinguística Decolonialidade .

UNILAB, ILL, Discente, matteusholanda8@gmail.com¹
UNILAB, ILL, Docente, leiamenezes@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Desde cedo percebi que a língua da escola não era a minha. Durante muito tempo estudei em escolas de maioria branca. Eu, um jovem negro favelado, apesar de ter tido “vantagem” em estudar em escolas bastante renomadas, nunca me senti pertencente a esses espaços, “o mundo apresentado era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido” (RIBEIRO, 2019, pág. 24). Fora da escola, meu ambiente era outro, de maioria negra, cujas línguas, traços, comportamentos, tudo divergia do espaço educacional.

Será que existe um nexos causal entre o racismo e o ensino de língua? É a resposta que pretendemos construir ao longo deste ensaio. Não temos nada pronto, mas existe um caminho a percorrer e a construir, JUNTAS! Neste intuito, dedico meus estudos à compreender como o racismo esteve presente na minha experiência educacional até os dias atuais, sobretudo no que tange à questões linguísticas, mas não apenas. Como professor em formação, vindo do processo histórico que passei enquanto indivíduo e enquanto povo, tomo a posição de questionar e disputar os rumos do ensino de língua no Brasil. Licença aos meus mais velhos. Laroyé!

A crise em que o mundo se encontra hoje, não é nada mais do que o reflexo de uma formação sócio-histórica baseada na exploração e na desigualdade, cujos discursos e práticas racistas têm ganhado legitimidade e confortabilidade no cenário público. A tão falada abolição da escravatura não representou uma real emancipação dos povos colonizados, tampouco rompeu com as práticas coloniais. Antes, apresenta ao mundo uma reconfiguração do seu modelo de dominação onde “a morte avança implacavelmente sobre a vida” (ALMEIDA, 2019, pág. 124). Este Estado dito “Moderno” é conceituado como Necropolítico, pelo escritor Achille Mbembe, onde “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Aqui é importante ressaltar as escolhas feitas na utilização dos verbos “pode” e “deve”. É importante denunciarmos a negligência deste Estado frente ao neocolonialismo, ao mesmo tempo em que sabemos que não há Estado sem colonialismo.

Sendo assim, busco valorizar as contribuições dos povos africanos e afro-diaspóricos para a formação da(s) língua(s) falada(s) no Brasil, construindo um conjunto de argumentos linguísticos e sociohistóricos que possam contribuir para constituir o que a intelectual, militante, antropóloga e professora Lélia Gonzáles conceitua como “Pretoguês”, buscando técnicas de aplicar a lei 10639/03 dentro do ensino de língua na educação brasileira a fim de combater o Racismo Linguístico, tema trabalhado na obra do linguista Gabriel Nascimento, o qual utilizaremos para traçar diálogos a fim de constituir um campo nos estudos da linguística que trabalhe o “Pretoguês” como língua falada no Brasil.

Mais do que nunca, é mister reposicionar o olhar sobre as contribuições africanas e indígenas na formação da nossa identidade (linguística), revogando com a tradição racista que enxergava/enxerga tudo associado ao negro como “ruim”, “feio”, “pobre”, “demoníaco”, “inculto”, “incivilizado”, entre muitos outros termos que nos mostram o lugar de fala que esses pesquisadores ocupam. Hoje, imbuídos de uma verdadeira conscientização racial, reconhecendo os avanços e as limitações diante de uma sociedade escravocrata, analisando as histórias da escravização, mas também as histórias anteriores, concomitantes e posteriores à ela e que precisam ser contadas, construímos nossa própria história. “permita que eu fale, não as minhas



cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes, é dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir” (EMICIDA, 2020).

METODOLOGIA

O presente artigo fora organizado mediante análise contrastiva das componentes curriculares cursadas pelo bolsista-autor durante os semestres 2018.2 ao 2020.1 do curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a UNILAB, campus Ceará mais precisamente as componentes Teorias Linguísticas I e II; Iniciação ao Pensamento Científico; Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos; Sociolinguística; O Ensino de Língua Portuguesa como Língua Materna e Língua Adicional nos Países da Integração; Fonética e Fonologia; Morfologia e Morfossintaxe da língua portuguesa; Sintaxe e História da Língua Portuguesa. Os textos contrastados que não fazem parte do PPC do Curso de Letras na UNILAB são de autores decoloniais que versam sobre aspectos relevantes à Ciência da Linguagem, tais como Fanon, Gonzalez, hooks, Kilomba, Nascimento, e Rajagopalan.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando a luta por libertação do povo negro, nos últimos 5 séculos de colonização, nota-se que o racismo se reitera ao longo da formação da sociedade brasileira, e constrói estruturas que perpetuam iniquidades sociais aos povos colonizados, mantendo-(n)os sob um projeto de embranquecimento eugenista e de Genocídio do Negro Brasileiro. Ao longo da história, nossas contribuições intelectuais, bem como socioculturais foram demonizadas e inferiorizadas por uma lógica dominante que se colocou/coloca como superior. “Sueli Carneiro (2010) ... define epistemicídio como o extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/conhecimento válido e do que não é.” (NASCIMENTO, 2020).

Os estudos da linguagem tradicional, cuja herança greco-romana é baseada numa filosofia de alteridade, ou de outridade, que constrói sua identidade em cima da negação do outro, perpetua uma lógica de apagamento da presença negra, e de uma estereotipação folclorista da figura do indígena, em torno de uma identidade que diz nos unificar, universalizar, homogeneizar, mas que acabam, por fim, nos negando o direito de sermos sujeitos. Temos nossas histórias construídas pelos verdadeiros “outros”.

Ferdinand de Saussure, em “seu” Curso de Linguística Geral (1916) traz uma visão em que a língua deve ser o objeto central dos estudos da linguagem, constituindo assim, a Linguística. Essa visão saussuriana de “língua” encara-a como algo universal, imanente, fechado em si mesmo e negligencia os sujeitos como produtores dos atos da linguagem. Esta perspectiva é conhecida como Estruturalista. Até mesmo as perspectivas que se colocam como pós-estruturalistas também se colocam como universais e ignoram a realidade de povos subalternizados (SPIVAK, 2010 e HALL, 2009). A ciência da linguagem foi fundada sob um paradigma que considerava científico apenas as explicações eurocêntricas, servindo não apenas para determinar o que é língua, como os métodos sobre os quais ela deve ser observada. Concomitante a isso, tudo o que não era pertencente à cultura europeia era considerado inferior, ruim, selvagem, feio, entre muitos



outros “adjetivos”. Os traços linguísticos reproduzidos pelos negros e indígenas “são objeto de um juízo esteticida, de uma necroestética, que as deixa na exterioridade do não-ser, na exclusão, ao se enquadrá-las como obras estéticas dos povos das culturas coloniais.” (DUSSEL, 2019).

Através da leitura de Grada Kilomba, podemos notar que o colonialismo não apenas classificou o mundo em binarismos ocidentais (preto x branco ; homem x mulher; céu x inferno; bom x mau, etc.), como também qualificou tudo o que era produzido e reproduzido pelos povos colonizados como “errado”, “feio”, “defectível”, “pobre”, “popular”, entre tantas expressões soltas aos ventos na literatura linguística, afirmando uma lógica supremacista onde o que é do colonizador é “bom”, “belo”, “puro”, “civilizado”, “culto”, criando hierarquias entre esses povos. Então, a lógica de dominação europeia, que infelizmente ainda é reproduzida no sistema educacional na contemporaneidade, classificou a norma branca como “certa”, “polida”, e a dos colonizados como “erradas”, “abomináveis”, “pobres”, “diabólicas”, “incivilizadas”, certo? Ou vamos negar que “Vós falastes” é supervalorizado, enquanto “A gente combinamos” sofre estigma, mesmo estando presente nos escritos de grandes escritoras, como é o caso da escritora Dra. Conceição Evaristo, “tendo como base compêndios gramaticais que não são sequer baseados em pesquisa científica séria ... para além de oportunizarem preconceito linguístico, os compêndios gramaticais e a indústria do bom português são racistas.” (NASCIMENTO).

Segundo Lélia Gonzalez, a *amefricanidade* “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada”. Essa escolha se dá por acreditar que este conceito traz consigo a marcação de um lugar dinâmico de disputa de poder, onde o negro teve papel ativo e fundamental, e não apenas recebeu a língua do dominador de forma pacífica. “Falar de cordialidade na formação do povo brasileiro (e da língua) ignorando a insubmissão dos negros é apagar, a partir da linguagem, sobretudo a acadêmica, a possibilidade de os negros serem vistos como heróis do seu próprio povo.” (NASCIMENTO, 2019). Os povos africanos agiram e reagiram também através da língua imposta, afinal “os sujeitos modificam a língua e a língua modifica o sujeito” (BAKHTIN, 1997). Ao contrário do que se subentende nos modelos de ensino da língua e da história local, a historiografia nos mostra constantes rebeliões contra os domínios (linguísticos) coloniais, através de readaptações e mudanças produzidas por nós e por nossos ancestrais no local em que habitamos, inspirados em nossos próprios modelos.

A produção científica que nega a experiência dos povos colonizados, não nos serve, e por isso a importância de ouvir essas vozes durante muito tempo silenciadas. Todavia, não é a língua que falamos que segrega e hierarquiza a sociedade, mas o que os linguistas têm feito dela, transformando-a num espaço de exclusão, invisibilização, exclusão, com objetivos puramente coloniais. Infelizmente, os nossos professores têm se preocupado muito mais em analisar os aspectos lusófonos da língua portuguesa, do que dos demais povos que contribuíram e contribuem para a formação dessa língua atual.

“A questão fundamental que se coloca é como ensinar a história desses povos que na historiografia oficial foi preterida e substituída pela história de um único continente, silenciando a rica diversidade cultural em nome de um monoculturalismo justificado pelo chamado sincretismo cultural ou mestiçagem, quando na realidade o que se ensina mesmo é a Europa com sua história e sua cultura. (MUNANGA, 2015, p.20).

A Gramática Tradicional tem servido ao projeto de embranquecimento do povo brasileiro, ao passo de que o não-branco será mais facilmente aceito em meio branco na medida em que adotar a língua portuguesa, já explica o psicólogo Frantz Fanon, em sua obra *Peles Negras, máscara branca*.



CONCLUSÕES

São notórias e significativas as contribuições dos povos colonizados na constituição das riquezas materiais e imateriais da nossa sociedade. Elas possuem diversas origens e podem ser evidenciadas em todos os níveis de análise linguística: fonético-fonológico, morfossintático, sintático, semântico, prosódico, pragmático, e principalmente nos diversos “sotaques” existentes nesse território. Esta diversidade demonstra a complexidade das formações dessas tantas identidades. O que a antropóloga Lélia Gonzáles vai chamar de pretuguês, “que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil” que mesmo tendo escrito e lecionado sobre esses temas há mais de cinco décadas, ainda é negligenciada por linguistas e gramáticos, reflexo de uma sociedade racista e patriarcal que invisibiliza as produções científicas de mulheres negras.

É mister romper com as gramáticas normativas que ainda mantém estigmas sobre determinadas construções oriundas dos povos racializados, que não passam de um reflexo das relações sociais, no caso de uma sociedade como a brasileira, das relações raciais de desigualdade. Ademais, é importante trazeremos essas contribuições como um legado desses povos, que antes de serem escravizados, possuíam uma história própria, cheia de riquezas e contribuições para diversas áreas do conhecimento. Não foi de forma inconsciente que essas marcas resistiram à violência colonial ao longo dos tempos. No dia-a-dia, sobretudo nas grandes periferias, onde habitam o maior contingente da população brasileira, e negra diga-se de passagem, está viva e pulsando as marcas da nossa resistência: nas batalhas de MCs, nos saraus, no funk e na Música Preta Brasileira, além de que no dia-a-dia quando assinalamos o plural apenas marcando o artigo (Os muleque), seja na homogeneização das conjugações dos verbos (Eu sou, Tu é, Ele/Ela é, Nós é, Vocês é, Eles é), sem as marcações desinências de número e pessoa, seja pela não concordância no gênero em diversos usos da linguagem (muito comum entre a população T), seja na omissão da consoante final das palavras (falá, cantá, dançá), entre muitos outros aspectos já observados por estudiosos desses assuntos, como os que ainda estão por ser descobertas.

O distanciamento entre a língua ensinada e a utilizada pela maioria da população têm contribuído para a constituição de uma diglossia no Brasil, já apresentada pela escritora Lélia Gonzáles através do pretuguês, podemos observar que “há o português”, e “tem o pretuguês”. Aqui também é importante atentar-se para a escolha dos verbos. Num país de maioria negra, Lélia já questionava: “como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecermos prisioneiros, ‘cativos de uma linguagem racista’?”.

Levar o pretuguês para o centro das nossas discussões não é destruir a língua, ou empobrecê-la, como afirmam ainda muitos estudiosos da língua, mas é romper com uma lógica epistemicida que tem causado um genocídio ao povo negro brasileiro, para referenciar o saudosíssimo intelectual e também militante do Movimento Negro Unificado, Abdias do Nascimento; é afirmar que o Pretuguês é língua sim, é a nossa língua e queremos vê-la sendo trabalhada, discutida e valorizada em sala de aula; é permitir o conhecimento do processo histórico dinâmico de resistência dos povos colonizados, pautados em seus próprios modelos civilizatórios; é, ainda, permitir que a população mais expressiva nesse território possa ver seus traços valorizados e sua ancestralidade reconhecida e igualmente valorizada no que tange às contribuições e heranças. “Falar de cordialidade na formação do povo brasileiro (e da língua) ignorando a insubmissão dos negros é apagar, a partir da linguagem, sobretudo a acadêmica, a possibilidade de os negros serem vistos como heróis do seu próprio povo.” (NASCIMENTO, 2019). E acima de tudo, é fazer cumprir o que



determinam as leis 10.639/03 e 11.645/08 que obrigam o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígenas nas escolas.

O Português (entenda-se como o modelo paradigmático ensinado nas escolas) não é a língua dos exilados (que sempre compuseram maior número demográfico nesse território), é a língua que demarca a dominação e manutenção de um status quo construído em berço racista e escravista; é o reflexo da violência e do extermínio que os povos colonizados sofreram e ainda sofrem nesse território, que mesmo tendo mais de 180 línguas dos povos originários, ainda tem a Língua Portuguesa como única língua oficial desse território e de ensino obrigatório nas escolas, causando ainda nos dias de hoje o apagamento de outras línguas que não a da dominação. É através do português que construímos nossos enunciados, e isso não é um problema, se não as regras e novos acordos ortográficos da língua de domínio, dita padrão, que tem servido muito mais para excluir e dominar, do que para emancipar e incluir. É através do uso do português e dessas outras 180 línguas originárias ontem e hoje que nós, os povos colonizados construímos e reconstruímos nossa existência, rompendo com as regras da tradição. Crítica também feita no continente norte-americano através da pedagoga bell hooks, ao questionar a língua inglesa padrão e sua aplicação/aplicabilidade em sala-de-aula, sobretudo para afrodescendentes.

AGRADECIMENTOS

À minha ancestralidade, que me proporcionou estar aqui apresentando e disputando os rumos da ciência a partir de uma perspectiva ancestral, afrocentrada. Um conto iorubano diz que “Exú acertou um pássaro ontem, com uma pedra que ele só lançou hoje”, sendo assim, acredito que as contribuições dos nossos ancestrais nos possibilitaram e possibilitam estar aqui, construindo o nosso futuro. Laroyé!

Ao projeto da UNILAB, que fruto da luta dos meus ancestrais, me proporcionou o acesso ao ensino superior numa lógica de universidade que busca romper com a lógica colonialista do Ocidente.

Ao projeto Café com Letras pela oportunidade de atuar como bolsista e através deste espaço construir debates que transformem nosso curso numa perspectiva crítica, emancipatória e contra-colonial.

À minha orientadora, professora Léia Menezes, pela paciência e o carinho com o qual tem me orientado, bem como, que tem conduzido tantas demandas em meio ao momento em que vivemos.

Aos profissionais da saúde, da educação e movimentos sociais que têm carregado o Brasil nas costas durante a maior crise político-sanitária da história do mundo moderno.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Gabriel. Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo. BH: Letramento, 2019.

EMICIDA: Amarelo - É Tudo Pra Ontem. Evandro Fioti. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2020

GONZÁLEZ, Léia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1988.

KILOMBA, Grada. Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano. 2019



SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar?. BH: Editora da UFMG, 2010.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. BH: Editora da UFMG, 2009. 2009

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

BAKHTIN, M. N.. Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo, 1997

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

